



POSTER:
20 MOTIVOS PARA DIZER
NÃO
AO FUTURE-SE
PÁG. 08





FATURE-SE



Foto: Divulgação

Nós, do ANDES Sindicato Nacional, não temos nos furtado a fazer o debate sobre as políticas que efetivamente têm desmontado aquilo que, com muita luta, a classe trabalhadora brasileira conseguiu construir até aqui, no que tange aos direitos sociais e especialmente à educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, que é a que nós defendemos.

Para fazer uma análise deste desmonte é necessário contextualizar. Nós entendemos que todas essas políticas de ataque à educação pública brasileira fazem parte de um conjunto de ações que explicitam a crise do capitalismo. Por um lado, há o ataque a padrões civilizatórios com o objetivo de desumanizar as pessoas, impondo a divisão da sociedade para se perpetuar, oprimindo as etnias e minorias.

A retirada de direitos é a receita historicamente seguida pelo capital para lidar com suas próprias crises e é nesta conjuntura que estão sendo apresentadas as contrarreformas, como a da previdência e a trabalhista e, no campo da educação, o programa Future-se. Este projeto apresentado

pelo Governo Federal representa a violenta mercantilização da educação pública.

Esta constatação pode ser feita dentro dos próprios documentos multilaterais que estão a serviço do capital financeiro. O consenso de Washington, no final dos anos 80, procurou ditar um projeto para os países periféricos, adequando a educação às exigências do mercado globalizado, qualificando o ensino superior na perspectiva da expansão da privatização. Hoje, a maioria dos diplomas dos egressos do ensino superior são emitidos por instituições privadas.

Dez anos depois, o Banco Mundial publicou um documento traçando estratégias para o setor da educação, constatando o empresariamento do ensino e louvando o fato como sendo um grande avanço. Em 2017, outro documento do mesmo órgão, denominado "Um ajuste justo", no capítulo da educação negava o subfinanciamento crônico do setor e identificava falha na gestão de recursos como a causa de deficiências. O Future-se dialoga exatamente com isso.

São várias as iniciativas que buscam atingir a educação pública, entre elas a proposta da educação domiciliar, a nomeação de

interventores em vez dos reitores escolhidos pela comunidade acadêmica e a Escola sem Partido, frente a qual estamos contrapondo a Frente Nacional Escola sem Mordaça. Se alguém ainda tinha alguma ilusão quanto às políticas públicas do atual governo, agora já está claro que nada do que foi apresentado vai facilitar o acesso à educação. Todas as ações são no sentido da retirada de direitos e do desmanche das conquistas.

O que estão dizendo é que tudo o que conseguimos construir até agora foi ineficiente, que as Universidades, os Institutos Federais e Cefet não seriam capazes de fazer a própria gestão.

Educação é um tema que mobiliza a sociedade e nossa convocação é irmos para as ruas derrotar esses projetos. Dentro das nossas diferenças políticas seremos capazes de construir a unidade de ação e, por isso, nossa classe se manifesta contra o desmonte da educação pública no Brasil, contra os ataques que mulheres, etnias, raças e minorias têm sofrido País afora. Estamos em defesa do nosso projeto de educação, que temos conseguido construir com tanta luta e do qual não iremos abrir mão.

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // site: www.andes.org.br // e-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor Responsável: Cláudio Mendonça

Edição: Jayme Brener MTb 19.289

Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Jornalistas: Andressa Oliveira, Bruna Yunes DrT 9045/DF, Jonathan Oliveira, José Maciel, Luciana Sendyk, Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Diagramação, revisão e arte final: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação // Apoio técnico: Beatriz Artigas

ANDES-SN estará presente no IV Congresso Nacional da CSP-Conlutas

OSindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) participará do IV Congresso Nacional da CSP-Conlutas, que ocorre em Vinhedo (SP), entre os dias 3 e 6 de outubro, com uma delegação composta por 18 docentes da Diretoria Nacional, decisão oriunda de assembleia ocorrida no 64º Conad, e por cerca de 150 professores das seções sindicais.

O congresso da entidade será realizado sob o tema “Avançar na construção da Central Sindical e Popular”, em um momento de particular importância da luta das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros, que vêm sendo duramente atacados pelo governo de Jair Bolsonaro.

A realização do próximo IV Congresso da CSP-Conlutas abre um espaço de reflexão e avaliação crítica sobre o processo de reorganização da classe trabalhadora que desembocou na criação da Central Sindical e Popular-Conlutas, e sobre a situação atual da entidade.

As atividades do IV Congresso terão o objetivo de discutir e deliberar posicionamentos acerca da situação política nacional e internacional; além de fazer um balanço político das iniciativas da Central, analisar o plano de ação para os próximos

anos, assim como o processo de reorganização e o caráter sindical popular e classista.

Para Antonio Gonçalves, presidente do ANDES-SN, é nesse momento que as entidades, mesmo com diferenças políticas, se unem para debater e encontrar a unidade. “Diferenças políticas existem nas diversas entidades sindicais e nos movimentos sociais. Por isso a nossa expectativa é grande no que tange à análise conjuntural, para que consigamos elaborar um bom plano de ação, que dê conta das lutas do próximo período. Além de debater as questões organizativas, para que a CSP-Conlutas seja cada vez mais uma central que represente o conjunto das entidades que a compõem, assim como dos movimentos sociais”, afirma.

Durante o 64º Conad, os docentes decidiram pela reafirmação da CSP-Conlutas, e ainda aprovaram deliberações que serão levadas para o IV Congresso da central. Os quatro pontos aprovados pela planária são:

1. Estimular a participação das Seções Sindicais no IV Congresso da CSP-Conlutas que será realizado de 03 a 06 de outubro em São Paulo (SP).

2. Intensificar o debate no âmbito do

Sindicato sobre concepção sindical e o papel estratégico da CSP-Conlutas na organização da classe trabalhadora brasileira.

3. Ampliar a participação das Seções Sindicais nas Coordenações e Secretarias Executivas Estaduais e, inclusive, nos estados em que não houve funcionamento efetivo da CSP-Conlutas, atuar para instituir.

4. Debater no âmbito do ANDES-SN e da CSP-Conlutas a representatividade de movimentos populares, oposições e minorias sindicais nas instâncias deliberativas da Central (Congressos e Coordenações – nacional e nos estados) e na Secretaria Executiva (nacional e nos estados), para subsidiar alterações na composição na estrutura organizativa da CSP-Conlutas.

Ainda segundo o presidente do ANDES-SN, a expectativa da entidade é muito grande, em virtude dos fortes ataques que os movimentos sindical e social vêm sofrendo nos últimos meses. “A expectativa é fazer uma análise da conjuntura que nos permita construir um plano de ação diante de tantos ataques à classe trabalhadora. O ANDES-SN avalia que estamos no refluxo da luta de classes e que, portanto, é imprescindível fazer a unidade na ação”, afirma Antonio.

■ PROGRAMAÇÃO COMPLETA - IV Congresso da CSP-Conlutas

Quarta-feira	18h00min: Abertura do credenciamento (plantão para as delegações que chegarem mais cedo).
Quinta-feira	05h00min: Reabertura do credenciamento. 09h00min – 10h30min: Abertura oficial com mesa composta por Centrais Sindicais, Partidos e Rede Internacional (Saudação de 5 min e fala de um membro da SEN, de 10 min). 10h30min – 11h30min: Leitura e aprovação do Regimento. 11h30min – 13h00min: Apresentação de todas as Contribuições Globais com tempo dividido igualmente. 13h00min – 14h30min: Almoço 14h30min – 17h00min: Painel de Conjuntura Nacional e Internacional (Dois panelistas da SEN com fala de 25 min+10 min para fechamento e 20 falas de plenário de 4min ou 25 de 3min). 17h00min – 19h30min: Grupos de Trabalho sobre Conjuntura e Plano de Ação.
Sexta-feira	09h00min – 10h30min: Saudação das delegações internacionais. 10h30min – 13h00min: Plenária de deliberação de Conjuntura e Plano de Ação. 13h00min: Encerramento do credenciamento. 13h00min – 14h30min: Almoço. 14h30min – 17h30min: Grupo de Trabalho sobre “Os desafios do movimento sindical e popular (ataques à livre organização sindical, luta por moradia, terra e os processos gerais de lutas”. Divisão dos GTs em Sindical e Movimento Popular. 17h30min – 19h30min: Reuniões Setoriais.
Sábado	09h00min – 12h30min: Ato político “Indígenas e Quilombolas e a destruição do meio ambiente”. 12h30min – 14h00min: Almoço. 14h00min – 17h00min: Plenária de deliberação “Os desafios do movimento sindical e popular (ataques à livre organização sindical, luta por moradia, terra e os processos gerais de lutas”. 17h00min – 18h30min: Painel sobre o tema da luta contra as opressões. 19h30min: Festa oficial.
Domingo	10h00min – 12h30min: Apresentação dos relatórios dos Setoriais/Estatuto. 12h30min: Encerramento do IV Congresso Nacional da CSP-Conlutas.





Reforma da Previdência avança e segue para apreciação no Senado



Foto: LUIZ FERNANDO NASCIMENTO, DA ADUFES/SIND

Após o governo liberar mais de R\$2 bilhões em emendas para os parlamentares, a Câmara aprovou, em 2º turno, a Proposta de Emenda Constitucional 06/2019. Foram 370 votos favoráveis e 124 contrários ao texto-base da contrarreforma da Previdência no plenário da Câmara (PEC 06/19). No primeiro turno, em julho, foram 379 votos favoráveis a 131. O texto segue agora para a apreciação no Senado.

O acordo inicial entre os partidos previa que o processo de votação começaria em 18 de setembro e seria concluído em 10 de outubro, mas o presidente do Senado está tentando antecipar este processo. No Senado, a proposta será votada em dois turnos e precisará ter ao menos 49 votos favoráveis (3/5 dos membros) em cada votação. Se alterado pelo Senado, o texto deverá voltar à Câmara para ser votado novamente.

Para liberar o montante, o governo enviou o projeto de lei do Congresso Nacional (PLN) que remaneja recursos do Orçamento e libera R\$ 3,041 bilhões para vários ministérios, provocando o

cancelamento de gastos em outras áreas. A pasta mais afetada será a Educação: o MEC perdeu R\$ 926 milhões, que irão refletir em cortes na educação infantil, concessão de bolsas na educação superior e básica e apoio ao funcionamento dos Institutos, Universidades Federais e Cefet.

Para Katia Vallina, 1ª vice-presidente da Regional Norte 1, "a PEC 06/19 destrói o pacto social, baseado na solidariedade e na ideia de seguridade social, expresso na Constituição Federal de 1988. Substitui a seguridade social pelo seguro social. É uma proposta que retira direitos sociais, cria regras excludentes à aposentadoria de milhões de trabalhadores que já estão submetidos ao trabalho precário e desregulado em decorrência da reforma trabalhista."

Algumas das mudanças

O texto votado pelos deputados aumenta o tempo para se aposentar, reduz o valor do benefício, que será calculado com base na média de todos os salários, e estabelece regras de transição penosas para os atuais assalariados.

Além disso, desconstitucionaliza as regras de aposentadoria. Servidores e

trabalhadores da iniciativa privada que se tornarem segurados após a reforma terão garantida na Constituição somente a idade mínima de aposentadoria. O tempo de contribuição exigido e outras condições serão fixados definitivamente em lei a ser apresentada. Até lá, vale uma regra transitória.

A regra geral estabelece idade mínima para aposentadoria de 62 anos para mulheres e 65 para os homens. O tempo de contribuição necessário é de 15 anos para receber 60% do valor da aposentadoria. Para receber o benefício integral, o trabalhador precisará contribuir por 40 anos. A aposentadoria será calculada com base na média de todos os salários de contribuição, diferente do cálculo atual, sobre a média dos 80 maiores salários.

Pensão por morte

O piso pode mudar do atual, que é o valor do salário mínimo, conforme o tempo ou o valor de contribuição.

Fundos de Previdência Complementar

A proposta acaba com a natureza

fechada dos fundos de previdência complementar dos governos, suas autarquias, fundações e empresas de economia mista (Funpresp, Petros, Postalis etc.), permitindo que esses fundos possam ser de natureza aberta e administrados pela iniciativa privada.

Abono do PIS/Pasep

Apenas pessoas com renda bruta mensal igual ou inferior a R\$ 1.364,43, corrigidos pelo mesmo índice das aposentadorias (INPC), poderão receber abono do PIS/Pasep, ao salário-família e ao auxílio-reclusão.

Idade e tempo

Outra transição possível combina idade e tempo de contribuição. No mínimo, o homem precisará ter 60 anos e a mulher 57 anos de idade. Além disso, terão de contar com 35 anos de contribuição (homem) ou 30 anos (mulher).

Mais idade, menos tempo

A terceira regra de transição para o INSS é para quem tem menos tempo de serviço e mais idade. Serão exigidos, entretanto, 60 anos de idade para a mulher e 65 anos para o homem, além de mínimo de 15 anos de contribuição

para ambos os sexos.

A partir de 1º de janeiro de 2020, a exigência de idade para a mulher aumenta seis meses a cada ano até que, em janeiro de 2023, chega a 62 anos, com 15 anos de contribuição.

Mais tempo, menos idade

No sentido inverso, quem tiver mais tempo de contribuição e menos idade contará com outra regra de transição. Para isso, a mulher deverá ter, no mínimo, 30 anos de contribuição e 56 anos de idade. O homem, 35 anos de contribuição e 61 anos de idade.

A partir de 1º de janeiro de 2020, a exigência de idade sobe seis meses a cada ano até alcançar 62 anos para a mulher (em 2031) e 65 anos para o homem (em 2027).

Nessa transição, os professores contam com idade inicial e tempo de contribuição reduzidos em cinco anos: 25 anos de contribuição e 51 anos de idade para a mulher; 30 anos de contribuição e 55 anos de idade para o homem. No entanto, a idade também sobe a partir de 2020 em diante até ficar em 57 anos para a mulher (em 2031) e em 60 anos para o homem (em 2029). O valor segue a regra de 60% da média de tudo, crescendo 2% por cada ano.

Tramitação

A PEC passa pela CCJ. Após votação do relatório na comissão, a proposta será incluída na ordem do dia do Senado. Deverá passar por cinco sessões deliberativas de discussão, prazo para apresentação de emendas. A proposta, então, será votada em primeiro turno (texto-base mais destaques que podem alterar o conteúdo da proposta). Para ser aprovada, a PEC precisa dos votos de, pelo menos, 49 dos 81 senadores. O intervalo entre o primeiro e o segundo turno será de, no mínimo, cinco dias úteis.

Em seguida, a proposta será incluída na ordem do dia para análise em segundo turno. Depois da inclusão na ordem do dia, a PEC terá de passar por três sessões deliberativas de discussão.

Nesse intervalo, os senadores poderão apresentar emendas que não tratem do mérito (conteúdo) da proposta, as chamadas emendas de redação.

A proposta será votada em plenário em segundo turno. Para ser aprovada, precisa dos votos de, pelo menos, 49 senadores. Se a PEC for modificada em relação ao texto aprovado pela Câmara, deverá voltar para análise dos deputados. Se não for alterada, seguirá para a CCJ para consolidação do texto e, então, a emenda constitucional será promulgada pelo Congresso.



FOTO: LUIZ FERNANDO NABUCO, DA ADUFF-SSN



MP 881 é risco à já debilitada legislação trabalhista brasileira

FOTO: BANCADA DE IMAGENS



No fim da noite de 13 de agosto, a Câmara dos Deputados aprovou o texto-base da Medida Provisória (MP) 881, popularmente conhecida como minirreforma trabalhista ou como MP da Liberdade Econômica. A proposta original da medida, que tramita no Congresso Nacional em caráter de Projeto de Conversão de Lei, era alterar um total de 11 leis existentes – como as que estabelecem a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o Código de Defesa do Consumidor (CDC) e também o Código Civil Brasileiro –, trazendo ainda mais retrocessos para a já retrógrada legislação trabalhista brasileira.

A MP foi aprovada com uma larga diferença: foram 345 votos a favor, 76 contra e somente uma abstenção. Entretanto, o texto aprovado pelos parlamentares sofreu alterações quando foi analisado pela comissão da Câmara que acatou as adequações do relator da MP, deputado Jerônimo Goergen. Ele propôs a alteração de mais de 50 itens da legislação trabalhista vigente no país, como a liberação do trabalho aos domingos e feriados para mais categorias. Atualmente, a norma prevê que

os trabalhadores que exercem atividade nos fins de semana e feriados tenham remuneração diferenciada pelas horas trabalhadas, além de serem beneficiados por uma escala especial de folgas.

Com as alterações propostas por Goergen, as empresas instaladas em todo o País poderiam ficar isentas de arcar com tais direitos, indo ao encontro da intenção anunciada por Jair Bolsonaro, ainda durante a corrida presidencial de 2018, de afrouxar regras com o propósito de favorecer a classe empresarial brasileira. “O trabalhador terá que escolher entre mais direito e menos emprego, ou menos direito e mais emprego”, declarou Bolsonaro em entrevista ao Jornal Nacional, sem pontuar quais direitos seriam retirados da classe trabalhadora. Todas as demais propostas de alteração sugeridas pelos parlamentares foram derrubadas em plenário.

A MP também muda as regras para o registro do ponto. Atualmente, só empresas com menos de dez empregados não precisam instalar um relógio de ponto ou uma folha de ponto. Agora, este limite foi ampliado e empresas com até 20 empregados não têm mais a necessidade de registrar o ponto de seus funcionários.

Outro possível desdobramento da MP criará o chamado “ponto por exceção”, permitindo que o trabalhador não precise mais registrar o ponto diariamente. Esse ponto, segundo a MP, poderá ser utilizado quando for acordado em convenção coletiva (pactuada pelos sindicatos dos trabalhadores e dos patrões de determinada categoria numa região), por acordo coletivo (em cada empresa) ou até por um acordo individual entre o trabalhador e a empresa.

Por fim, a MP 881 também altera normas relacionadas à saúde e à segurança no trabalho, colocando trabalhadores e trabalhadoras em situação de risco. Desse modo, o Estado não poderá fiscalizar as empresas consideradas de baixo risco, caso ninguém apresente uma denúncia. Já as empresas de risco moderado poderão ser fiscalizadas somente se houver denúncia ou por amostragem. Em ambos os casos, os fiscais do trabalho terão de fazer duas visitas na empresa antes de lavrar os autos de infração, exceto em determinadas hipóteses.

Na legislação atual, os auditores fiscais do trabalho podem fiscalizar qualquer empresa, em especial as de setores cujas atividades oferecem mais riscos para os trabalhadores.

Todos esses fatores aliados ao fato de a MP ter sido aprovada na calada da noite ajudaram a elevar o sentimento de inconformismo em órgãos que fiscalizam as relações de trabalho e, também, em integrantes de várias centrais sindicais Brasil afora. “A MP 881 vai permitir uma exploração maior dos trabalhadores e é fruto de um projeto que vai acabar obrigando os poucos empregados a terem hora para entrar e não terem hora para sair, sem contar um processo de regime de semiescravidão que vem seguindo desde a reforma trabalhista de 2017”, observa a 2ª vice-presidente do ANDES-SN, Sônia Meire.

A maneira como a medida tramitou na Câmara é um outro problema, já que o texto não foi previamente debatido com a sociedade brasileira.

No Senado Federal a MP sofreu alterações e foi, enfim, encaminhada para sanção presidencial. O principal ajuste no texto foi apresentado pela base de oposição ao governo, que apresentou uma questão de ordem pedindo a retirada da emenda que autorizava categorias de trabalhadores e trabalhadoras a trabalhar aos domingos. Por conta disso, o presidente da casa, Davi Alcolumbre, acatou a questão de ordem e corrigiu o que era necessário para que o trabalho aos domingos continuasse da forma como é hoje: com o pagamento de hora extra e a exigência de pelo menos uma folga no domingo a cada três domingos trabalhados.

Setembro Amarelo é oportunidade de observar e acolher para prevenir o suicídio



São várias as formas de pressão a que estudantes, pesquisadores e professores universitários são submetidos no exercício de suas atividades. Em uma conjuntura de polarização de afetos como a que o País atravessa, há um conjunto a mais de fatores aptos a provocar doenças mentais que podem levar à tristeza, desesperança e até ao suicídio.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, 90% dos casos de suicídios poderiam ser evitados. Um número como esse dá a dimensão da importância de observar os pares, oferecer amparo emocional e encaminhar a auxílio profissional. Neste sentido é que o Setembro Amarelo é um lembrete de que prestar atenção é um gesto capaz de salvar vidas.

Condições precárias de trabalho, carga horária excessiva, falta de infraestrutura adequada, prazos irreais, ambientes insalubres, assédio moral e sexual, ameaça constante de demissão, baixa remuneração, cidades caóticas, com seus graves problemas de mobilidade, violência etc., entre outros, são problemas a que professores estão expostos cotidianamente. A reforma da previdência e a trabalhista vêm se juntar ao panorama de incertezas que traz consigo a sensação de vulnerabilidade e a perda do senso de importância individual.

Caroline Lima, 1ª secretária do ANDES-SN, frisa que o sucateamento das universidades públicas contribui para que os docentes se tornem reféns das imposições das agências de fomento,

ficando sobrecarregados com a tarefa de captar recursos para as suas pesquisas e seus laboratórios. “A educação foi transformada em mercadoria, a produção intelectual em produto, em resultado. Estabelece-se um jogo perverso de poder dentro das instituições”, resume.

Sofrimento psíquico e adoecimento mental

A Síndrome de Burnout nada mais é do que o tradicional esgotamento laboral ou estresse crônico. Tem como consequência direta a depressão que, por sua vez, está intimamente ligada ao suicídio, sendo seu principal fator de risco. Há que se considerar um universo mais amplo de causas, algumas delas relacionadas à atual conjuntura. As estruturas de suporte emocional tradicionais – família e rede de amizades – foram violentamente rompidas na atual polarização política.

Outro conjunto de fatores que leva à desesperança é a gama de sentimentos negativos associados ao preconceito, como racismo, machismo, LGBTfobia; tais agravos podem levar ao isolamento social e ao complexo de inferioridade. Quando as políticas sociais não protegem indivíduos oprimidos, tornam ainda mais difícil o pedido de ajuda.

Kátia Vallina, 1ª vice-presidente da Regional Norte I do ANDES-SN e membro da coordenação do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA), ressalta que “há inúmeros casos, nos últimos anos, de suicídio entre docentes, discentes e técnicos, e por essa razão, o ANDES-SN

aprovou inserir-se na Campanha do Setembro Amarelo, por entender que é imprescindível reforçar ações preventivas ao suicídio no âmbito acadêmico”.

No 38º Congresso do ANDES-SN, realizado no início do ano em Belém (PA), os participantes aprovaram “inserir na agenda dos setores das Instituições Federais (Ifes), Estaduais e Municipais (Iees/Imes) do ANDES-SN uma campanha de sensibilização e de prevenção ao suicídio nas Instituições de Ensino Superior (IES) no mês de setembro”. A deliberação foi reforçada no 64º Conad, que aconteceu em julho, em Brasília (DF).

Prevenção

Ao identificar uma pessoa em situação de risco de suicídio, é preciso não apenas acolhê-la, mas também encaminhá-la a um serviço profissional adequado. São diversos os centros de atendimento de prevenção do suicídio, entre eles o Centro de Valorização da Vida (CVV), que realiza atendimento por internet e telefone. O único custo é o da ligação local. Voluntários estão disponíveis 24h por dia para quem precisar conversar sobre os problemas enfrentados. Telefone: 141 / Site: <https://www.cvv.org.br>



POR QUE DIZER NÃO AO FUTURE-SE?

O FUTURE-SE deve ser compreendido no conjunto de contrarreformas impostas à educação superior na América Latina a partir das determinações dos organismos internacionais, como Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comércio (OMC), expressos em seus vários documentos e que foram reafirmados e sistematizados no documento do BM, "Um Ajuste Justo", de 2017. As determinações dos organismos coletivos do capital buscam uma educação mercantilizada, privatizada e que seja considerada um "serviço" e não um bem social. Nessa diretriz, o Future-se propõe:

1. *Construção autoritária do programa no método e no mérito: as universidades, os Institutos Federais, a comunidade científica e as entidades e organizações vinculadas à pesquisa e desenvolvimento não participaram da sua discussão, e não leva em consideração a função social pública das instituições de educação;*
2. *Substituição da "autonomia de gestão financeira" por "autonomia financeira" das IFES. Isto é, responsabiliza as instituições de ensino pela captação de recursos e desresponsabiliza o Estado pelo repasse dos recursos para manter o ensino superior;*
3. *Imposição das organizações sociais (OS) como forma de gestão nas instituições de ensino, passando a gerir pessoal e patrimônio público. Uma privatização das IFES;*
4. *Criação de Fundos de Investimento, de natureza privada, como novas formas de fomento das Universidades, Institutos Federais e CEFET. Esses fundos podem resultar de isenções e incentivos tributários para as empresas e a alienação de imóveis públicos, representando a apropriação privada do fundo público;*
5. *Subordinação da pesquisa, da extensão e do desenvolvimento de tecnologia aos interesses das empresas, limitando a liberdade de ensinar e apreender e intensificando a diferença interna entre as distintas áreas nas IFES, principalmente entre as que conseguirem captar recursos das que não*
10. *Incentivo à meritocracia e à competição entre os alunos para obtenção do título de "aluno empreendedor";*
11. *Indução ao afastamento dos estudantes do desenvolvimento da pesquisa básica, da interrelação dos problemas lógicos e epistemológicos da ciência e do abandono da pesquisa histórico-social, sociológica, artística e cultural;*
12. *Rebaixamento da formação profissional a partir da ampliação do ensino a distância (EaD) no ensino presencial, da liberalização de oferta de disciplinas em plataformas estrangeiras por meio de EaD, da facilitação da revalidação de diplomas estrangeiros nas IFES e nas instituições privadas, da imposição do "notório saber", sem nenhuma regulamentação por parte da comunidade acadêmica;*
13. *Implementação da dupla entrada de usuários nos hospitais universitários vinculados à EBSERH, por meio de acesso diferenciado de natureza privada: planos e seguros de saúde terão prioridade na abertura de leitos para aqueles que possam pagar;*
14. *Esvaziamento do sentido e das funções das instâncias colegiadas das IFES, que na prática estarão subordinadas à gestão das OS e dos Fundos de Investimentos;*
15. *Desestruturação da carreira docente com o esvaziamento da dedicação exclusiva*

principalmente entre as que conseguirem captar recursos das que não conseguirem;

6. Imposição da perspectiva de mercado (empresas) para a produção do conhecimento, subordinando a inovação, a pesquisa e o desenvolvimento às exigências das empresas. Ainda que fosse esse o caminho, não há interesse das empresas em desenvolver políticas científicas, tecnológicas e no setor de P&D; Incentivo à parceria público privada (PPP) através das chamadas naming rights – em troca de “compensação financeira” e criação de “parques e polos tecnológicos, incubadoras e start-ups”;

Apropriação privada do fundo público, com a atração de centros de P&D de empresas estrangeiras com isenções tributárias sobre o lucro líquido e outras modalidades de incentivos fiscais;

7. Incentivo à competição entre professores e entre alunos, na perspectiva de tornarem-se “empreendedores”, a partir da possibilidade de criação de “Sociedade de Propósito Específico” no interior dos departamentos, instaurando microempresas, inscritas em parcerias público-privadas. Com isso, promove o desenvolvimento desigual das áreas do conhecimento voltada para os interesses do mercado;

15. Desestruturação da carreira docente com o esvaziamento da dedicação exclusiva a partir da subordinação da gestão de pessoal às OS, do incentivo à PPP e ao professor “empreendedor” que será responsável por captar recursos para realizar suas atividades;

16. Descaracterização da dedicação exclusiva, esvaziando o seu nexo com o conceito de universidade pública, abrindo caminho para a sua extinção;

17. Ataque ao tripé ensino-pesquisa-extensão, possibilitando contratação celetista de professor via OS com dedicação apenas à sala de aula, acarretando o fim dos concursos públicos;

18. Desestruturação da política de acesso e permanência para os estudantes;

19. Imposição de avaliações padronizadas, o que repercutirá na exigência de conteúdos padronizados, de autofinanciamento para manutenção dos cursos, levando às IFES a um processo de ranqueamento;

20. Alterações no estatuto social da Educação Superior Pública, abrindo caminho para que essas propostas também sejam impostas para as instituições estaduais e municipais.

PARA GARANTIR O PRESENTE DA EDUCAÇÃO CAPAZ DE GERAR O FUTURO, VAMOS DIZER NÃO AO FUTURE-SE!

PELA REPOSIÇÃO IMEDIATA DO ORÇAMENTO DAS UNIVERSIDADES, INSTITUTOS FEDERAIS E CEFET (IFES)

ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONFLUTAS



Future-se: mais uma peça no quebra-cabeça do desmonte da Educação Pública



Foto: JONATHAN OLIVEIRA

Ao longo dos primeiros seis meses de governo, Jair Bolsonaro e sua equipe foram montando um quebra-cabeça de ataques à Educação Federal, no qual o Future-se encaixou perfeitamente. O programa é a peça que faltava para completar a cena de desmonte do modelo de Universidade Federal, pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, pelo qual se lutou durante anos e que se projetou na Constituinte de 1988.

Porém, esse cenário não é recente. Infelizmente, ao assumir o Executivo, o presidente reacionário de extrema-direita já encontrou parte das peças encaixadas. O corte no orçamento do Ministério da Educação começou em 2015, ainda no governo da presidente Dilma, e foi sendo aprofundado ao longo dos anos. Em 2017, o então presidente Michel Temer conseguiu aprovar a Emenda Constitucional 95 – do Teto dos Gastos – que limitou as despesas primárias ao investido naquele ano, apenas com a correção inflacionária.

Com o orçamento já rebaixado, em 2019, as instituições federais de ensino continuam sofrendo com a retirada de recursos. Diante da ausência de verbas, diversas Universidades, Institutos Federais e Cefet anunciam a dificuldade de manter o funcionamento ao longo do segundo semestre de 2019.

Algumas já iniciaram medidas de contenção que passam pela diminuição no número de estagiários, suspensão de transporte intracampi, redução da oferta de refeições subsidiadas no Restaurante Universitário, suspensão do uso de ar-condicionado, entre outras.

As outras peças do quebra-cabeça

No entanto, além dos recorrentes cortes, o governo ataca a Educação por outras frentes. Na pauta de costumes, busca cercear a liberdade de cátedra e deturpar o papel da educação na formação crítica do indivíduo. O presidente e seus ministros incentivam, por exemplo, a perseguição ideológica a educadores. Avançaram também na censura e fiscalização de materiais didáticos e até mesmo da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Ao mesmo tempo, o Executivo promove a desestruturação do corpo funcional da Educação Federal, com a suspensão de concursos públicos e a extinção de cargos e funções, por meio do decreto 9725/19. Interfere, ainda, na escolha de reitores das IFE, nomeando ou o menos votado ou mesmo nomes que não constam da lista tríplice encaminhada ao MEC, mas que tenham alinhamento ideológico com o Governo Federal.

E, para limitar a reação aos ataques, criminaliza a organização sindical e limita a atuação das entidades com a medida provisória 873/2019, que pôs fim à arrecadação da mensalidade sindical consignada à folha de pagamento.

E vem o Future-se

Com esse quadro estruturado e após cortes no orçamento do MEC que já superam R\$ 6 bilhões, em julho, o governo apresenta o programa Future-se, como uma alternativa para “salvar” as Universidades, Institutos Federais e Cefet. “Desidrataram as Instituições Federais de Ensino de todos os

modos para depois tentar vender a ‘salvação’, através do Future-se”, afirma Eblin Farage, secretária-geral do ANDES-SN.

A diretora do Sindicato Nacional considera, ainda, que o governo está usando a falta de recursos como uma forma de chantagem para forçar os reitores e a comunidade acadêmica a aderirem ao programa.

Com o Future-se, o MEC propõe a “autonomia financeira” das Universidades, Institutos Federais e Cefet, através da captação de recursos junto ao setor privado, mobilizando fundos de investimento, parcerias público-privadas e privatização do patrimônio imobiliário das IFE. A gestão das instituições passará a ser feita por Organizações Sociais, de caráter privado.

Ao sinalizar com a proposta de autonomia financeira, que difere do que se tem atualmente – autonomia de gestão financeira –, o programa visa à total desresponsabilização do Estado em assegurar uma parte do orçamento da União para as IFE, ou seja, retira do Poder Público a obrigatoriedade constitucional de garantir de recursos para o financiamento e manutenção das instituições.

O governo irá responsabilizar as IFE pela busca de verbas para sua manutenção e para o desenvolvimento de conhecimento. Gestores, docentes, técnicos e estudantes passarão a ser empreendedores e captadores de recursos.

Com isso, incentivará a competição entre as instituições e entre a comunidade acadêmica, na busca por financiamento de projetos de pesquisa, submetendo-os aos interesses do mercado e não mais às

necessidades sociais. Ignora também o tripé ensino-pesquisa-extensão, que é a base da universidade pública brasileira, focando apenas nos dois primeiros. "Nessa universidade proposta pelo Future-se só caberá o conhecimento que sirva ao mercado e não à população, em especial a mais pobre", critica Eblin.

Inconsistências e mais ameaças

O advogado Leandro Madureira, da Assessoria Jurídica Nacional (AJN) do ANDES-SN, aponta também que o projeto do governo é extremamente preocupante pelo que não está dito. "Trata-se de um projeto de lei que possui diversas inconsistências, tanto de expressão, de redação quanto jurídicas. Além da legislação do Future-se, o projeto promove a alteração de outras legislações", comenta.

Para ser implantado, o Future-se precisa alterar 17 leis federais, entre elas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a Lei 12.772/2012, que trata da carreira do magistério superior. O projeto mexe ainda na Lei 12.550/2011, que trata da criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), para permitir o atendimento dos planos privados nos hospitais universitários.

Para ele, a centralidade do Future-se é a Organização Social – uma entidade de natureza privada, que faz parte do rol de uma estrutura do direito privado, diferente inclusive das fundações que já atuam nas IFE.

O projeto permite, por exemplo, a contratação de pessoal pelas OS, em lugar dos concursos públicos. Entre as consequências estão o esvaziamento do Regime Jurídico Único da União (RJU) e a intensificação do processo de desestruturação da carreira docente, com quebra da dedicação exclusiva, subordinação de professores e técnicos às Organizações.

"A adesão é voluntária, mas é impositiva, pois as OS terão uma série de privilégios, inclusive tributários, para que elas existam, em desfavor daquilo que nós temos na realidade atual. É importante assinalar que as IFE que aderirem ao Future-se têm a obrigação de usar a OS para suporte e execução do programa", explica.

O advogado da AJN aponta ainda que a permanência das instituições no programa está condicionada à manutenção dos requisitos apresentados no projeto e que a exclusão do programa pode ensejar a aplicação de penalidades. "Não esclarece quais as penalidades nem de que forma irão ocorrer. Teremos uma utilização da verba pública para a iniciativa privada e não há nenhuma previsão de como ficará a situação das instituições que não aderirem

ao programa. Ou seja, haverá repasse direto de recursos da União para essas instituições?", questiona.

Resistência

E, diante da resistência já expressa pela comunidade acadêmica, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, sinalizou a possibilidade de apresentar o Future-se, que foi construído sem qualquer diálogo com a comunidade acadêmica, por meio da edição de uma medida provisória (MP). Até o fechamento desta edição, mais de 40 universidades e Instituições Federais já haviam condenado a proposta, e pelo menos 15 Conselhos Universitários já rejeitaram oficialmente o Future-se.

Eblin Farage ressalta a forma autoritária como o projeto foi apresentado e conclama toda a comunidade acadêmica e a sociedade a intensificar a luta contra o Future-se e em defesa da Educação Pública.

"O governo quer pressionar as IFE a aderirem a um projeto que acaba com a perspectiva de Universidade Pública. Se essa MP for editada será mais um ataque à autonomia e aos processos democráticos. Um ataque à Constituição", afirma Eblin.

FUTURE-SE E A CARTILHA DO BANCO MUNDIAL

No auge da implantação do neoliberalismo nos países em desenvolvimento, em 1994, o Banco Mundial lançou uma publicação voltada aos governos da América Latina, Ásia e Caribe. Em sua cartilha, apresenta um modelo de financiamento da educação pública para essas nações. As "soluções" apontadas pelo Banco Mundial no documento "O Ensino Superior – as lições derivadas da experiência" aparecem expressas hoje no Future-se, tanto na forma como no conteúdo.

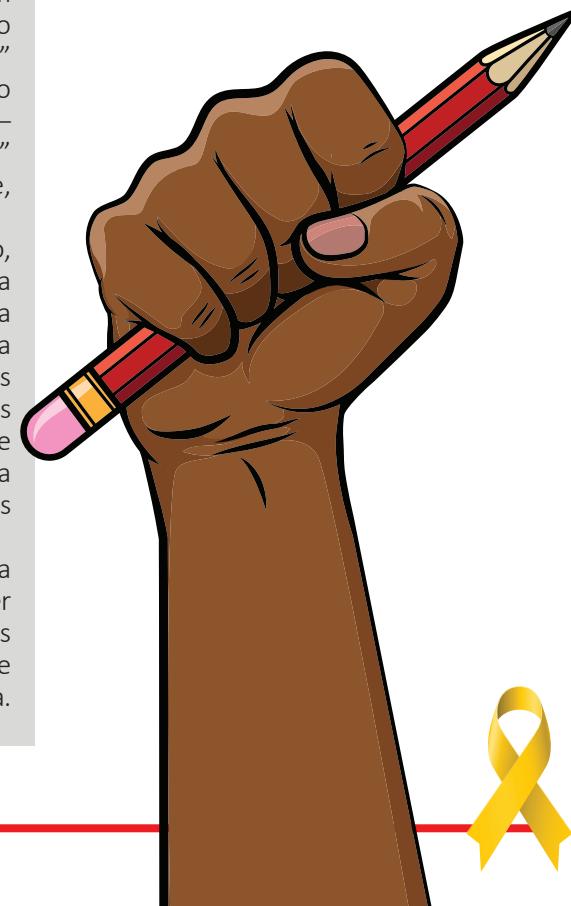
Assim como o programa do governo, o Banco Mundial defende que a saída para a crise econômica passa pela diversificação das fontes de custeio da Educação Pública, pela mudança dos regimes jurídico-administrativos das instituições e pelo enxugamento de gastos, com a destinação de recursos da União apenas para a atividade fim das universidades, o ensino.

Projetos de pesquisa, de assistência estudantil, entre outros, deveriam ser custeados com a venda de "serviços educacionais" e com outras fontes de recursos captados junto à iniciativa privada.

CONSELHOS UNIVERSITÁRIOS QUE JÁ REJEITARAM O FUTURE-SE*:

1. Universidade Federal do Amazonas (Ufam)
2. Universidade Federal de Roraima (UFRR)
3. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
4. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
5. Universidade Federal do Amapá (Unifap)
6. Universidade Federal do Rio Grande (Furg)
7. Universidade Federal do Ceará (UFC)
8. Universidade Federal Fluminense (UFF)
9. Universidade Federal do Cariri (UFCA)
10. Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
11. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
12. Universidade Federal do Paraná (UFPR)
13. Universidade Federal do Estado de São Paulo (Unifesp)
14. Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)
15. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
16. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
17. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
18. Universidade Federal do Vale de São Francisco (Univasf)
19. Universidade de Brasília (UnB)
20. Universidade Federal de Goiás (UFG)
21. Universidade Federal do Piauí (UFPI)
22. Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

(*dados de 05/09/2019)





Agosto foi o mês da Visibilidade Lésbica

Foto: Divulgação



29 de agosto é o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. A data é um marco na luta de mulheres lésbicas brasileiras contra a violação diária dos seus direitos e foi criada em 1996 durante o 1º Seminário Nacional de Lésbicas (Senale – atualmente Senalesbi), no Rio de Janeiro.

Segundo Qelli Rocha, 1º vice-presidente do ANDES-SN, o mês de agosto é voltado para lembrar a existência da mulher lésbica e as pautas que o movimento reivindica. “As mulheres são invisibilizadas, de um modo geral, independente da sua orientação sexual e da sua raça. Quando se conjuga exploração com opressão – contextualizando: identidade de gênero e orientação sexual –, as mulheres se tornam ainda mais invisíveis. No caso das mulheres lésbicas, há toda uma dimensão política na orientação sexual, que é a ruptura com o padrão da heterossexualidade compulsória”, aponta.

A docente fala sobre a realidade das mulheres lésbicas nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas. Para ela, existe uma “pseudotolerância” nos espaços acadêmicos, visto que nestes lugares há uma concepção de diversidade, construção do conhecimento plural, científico e de tolerância. “Quando as mulheres lésbicas manifestam a sua orientação sexual publicamente na academia, as manifestações machistas, sexistas

e lesbofóbicas se manifestam. São ‘piadas’ envolvendo os rótulos e padrões estéticos que a sociedade tem da mulher lésbica. Então, não é um espaço de tolerância para a estudante, para a professora pesquisadora e, sobretudo, para as técnicas e terceirizadas”, diz.

Violência

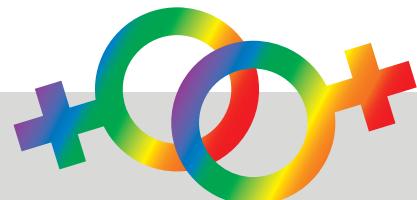
De acordo com o “Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil”, único documento que trata exclusivamente das violências cometidas contra lésbicas, 126 mulheres lésbicas foram assassinadas no território brasileiro de 2014 a 2017. O dossiê foi realizado pelo Núcleo de Inclusão Social (NIS) da UFRJ e pelo Nós: dissidências feministas, e mostrou que a maior parte dos assassinatos foi executada com armas de fogo e com grande número de disparos, seguidos das mortes por facadas. Em 83% dos casos as lésbicas são assassinadas por homens e 70% dos homicídios são cometidos por pessoas conhecidas das vítimas. Quanto mais jovem a lésbica, maiores são as chances de morte. A faixa etária de 20 a 24 anos representou 34% de todas as mortes registradas no período pesquisado.

Os números são superiores aos revelados na pesquisa, sugere o documento. A falta de dados institucionais públicos de mortes e das modalidades de violências dificulta a notificação dos casos de lesbocídio. Outro entrave para a sistematização dos números é a falta de capacitação e preparo dos agentes públicos.

ANDES-SN na luta

No 61º Conad, em 2016, o ANDES-SN incluiu o dia 29 de agosto no calendário de lutas da entidade nacional e produziu a cartilha “Contra todas as formas de assédio, em defesa dos direitos das mulheres, das/os indígenas, das/os negros, dos LGBTs”, elaborada pelo Grupo de Trabalho de Políticas de Classe, Questões Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) do ANDES-SN. A publicação é uma ferramenta contra a naturalização da violência e promove o debate de pautas feministas, étnico-raciais, LGBT dentro do mundo do trabalho etc.

Qelli Rocha reforça o quanto é necessário aprofundar a questão das mulheres lésbicas nos espaços acadêmicos e sindicais. Para a diretora do ANDES-SN, não debater a vivência da lesbianidade na universidade contribui para a manutenção da invisibilidade da mulher lésbica. “O Sindicato Nacional deu um salto de qualidade no que se refere ao debate sobre a diversidade sexual. A identidade de gênero está sendo aprofundada, mas precisamos aprofundar também a questão da orientação sexual, não apenas dos homens homossexuais, como também das mulheres homossexuais. As professoras têm dificuldade de expressar a sua lesbianidade. As mulheres são a maioria no Ensino Superior, então, qual será o percentual de professoras que são lésbicas?”, questiona a docente.



LUANA BARBOSA, PRESENTE!

Em abril de 2016, um caso de lesbocídio ganhou destaque pelo caráter extremamente violento. Luana Barbosa, mulher negra, periférica e lésbica, foi morta após ser espancada por policiais militares no interior do Estado de São Paulo na frente de seu filho. As agressões ocorreram após Luana se recusar a ser revistada pelos policiais, exigindo uma policial feminina. O caso ainda corre judicialmente, sem a efetiva responsabilização dos agressores.

Respeito à diversidade e combate ao capacitismo

Resultados do Censo 2010, apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que aproximadamente 45,6 milhões de brasileiros têm algum tipo de deficiência, o que equivale a quase 20% da população. São indivíduos que, cada vez mais, lutam pela igualdade de direitos, a fim de garantir sua inclusão social e acesso à oportunidade e à dignidade.

Sob o ponto de vista educacional, ao nos referirmos às pessoas com deficiência falamos de características, mobilidade, comunicação e aprendizado peculiares que demandam preparo e adaptação por parte das instituições, desde a educação básica até a pós-graduação, a fim de efetivar o processo de inclusão.

De acordo com a Lei 13.146/2015, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, “a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis de aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem”. Com base nisso e em seus posicionamentos históricos, o Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN)

vem desenvolvendo ações e debates sobre a acessibilidade como valor institucional, priorizando o respeito e a diversidade da natureza humana.

Em seu 62º Conad, o Sindicato Nacional aprovou deliberações em relação à educação e ao acesso ao trabalho de pessoas com deficiência. Na deliberação constavam ações como a realização de atividades sobre a educação inclusiva, a luta pela efetivação da Lei Brasileira da Inclusão de Pessoas com Deficiência, além da identificação e combate aos mecanismos que burlam o acesso de pessoas com deficiência a cargos de docência e de servidores técnico-administrativos.

Em 2018, o ANDES-SN promoveu um seminário nacional, sediado pela Sedufsm - Seção Sindical, com o tema “A luta contra o capacitismo nas Instituições de Ensino Superior”, que foi organizado de forma conjunta entre os GTs de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria; Política Educacional e Grupo de Trabalho de Políticas de Classe, Questões Étnico-raciais, Gênero e Diversidade Sexual. O seminário evidenciou as raízes do preconceito no Brasil, debatendo como o capacitismo está vinculado a uma postura preconceituosa, que hierarquiza as pessoas em função da adequação de um padrão corporal ou intelectual imposto pela sociedade.

Segundo Adriana Dalagassa, 2ª vice-presidente da Regional Sul do ANDES-SN,

a luta por direitos faz parte da história do Sindicato Nacional. Isso não é diferente quando a pauta são as pessoas com deficiência. “Nós fizemos um seminário sobre o tema, para discutir e reafirmar a importância da luta por direitos, tanto no acesso quanto na permanência das pessoas com deficiência no ensino público. Queremos fomentar essa discussão nas Universidades, IFs e Cefet para que tenhamos cada vez debates sobre cotas, condições de trabalho e estudo, sobre acessibilidade, a fim de que todas as pessoas possam exercer seus direitos à Educação, trabalho e cidadania”, afirma Adriana Dalagassa.

0 que é capacitismo?

Grande parte da população ainda desconhece o que significa o termo capacitismo. Assim como o racismo está para negras e negros e o machismo para as mulheres, o capacitismo está para pessoas com deficiência.

O capacitismo é a discriminação ou violência praticada contra as pessoas com deficiência. São atitudes preconceituosas que hierarquizam as pessoas em função da adequação de seus corpos a um ideal de beleza ou a uma capacidade funcional.

Por isso, é importante exercitar um olhar mais humano, empático e respeitoso a esta parcela expressiva da população.



5 ERROS MAIS COMUNS



praticados no convívio **com pessoas com deficiência**

1

Deficiente: Não chame uma pessoa de "deficiente". Ela é uma pessoa completa, com seus próprios sonhos, alegrias e tristezas.

2

Pessoas especiais: Chamar alguém de especial é afirmar que se trata de alguém diferente, o que denuncia preconceito.

3

Comunicação indireta: Fale diretamente com a pessoa com deficiência. Não se dirija somente ao acompanhante dela.

4

Infantilizar: converse com a pessoa de acordo com a idade dela. Não trate adultos como crianças!

5

Subestimar: Todas as pessoas são capazes de aprender, cabe escolher os métodos pedagógicos adequados.





Retórica antiambientalista é ataque às reservas naturais, financeiras e morais do País

"Os brancos dormem muito, mas só sonham com eles mesmos" - David Kopenawa



FOTO: VICTOR MORIYAMA/GREENPEACE/DIVULGAÇÃO

A "queda do céu", nome do livro escrito pelo líder indígena Ianomâmi David Kopenawa, aconteceu em plena avenida Paulista no dia 19 de agosto. A mídia noticiava que "o dia virou céu às 15h", mas não foi bem isso: na verdade, o centro de São Paulo não fica às escuras quando o sol se põe; o coração financeiro da cidade é banhado pelas luzes artificiais constantes de postes e edifícios onde trabalhadores cumprem seus plantões. O que aconteceu parecia mais um apocalipse bíblico de total escuridão. Metáfora que, aliás, ilustra a situação institucional que o País atravessa.

O tema tão antigo da destruição da floresta amazônica ganhou as manchetes do país e do mundo. Dias antes, dois fatos antagônicos levaram a agonia da natureza aos assuntos mais falados das mídias tradicionais e digitais. Um deles foi o anúncio no corte do Fundo Amazônia, montante pago por países como Noruega e Alemanha para contribuir na preservação do que é considerada a maior reserva de oxigênio do mundo. O outro, ficou conhecido como "Dia do Fogo".

Dias antes de 10 de agosto, seguidores do presidente – agricultores, grileiros e comerciantes da região norte do País – combinavam de tornar literais os ataques ao meio ambiente, enviando sinais de fumaça em apoio aos discursos incendiários de Bolsonaro. Realizaram queimadas sistemáticas que tomaram de assalto as matas do Pará.

Ambos os fatos, a suspensão do Fundo Amazônia e o Dia do Fogo foram resultados diretos do escárnio com que o presidente encara a preservação das reservas naturais do País. "Antes mesmo de assumir o governo, Bolsonaro falava em campanha que iria liberar o garimpo", conta a professora Madalena Vange Medeiros do Carmo Borges, 2ª vice-presidente da Regional Norte 1 do Andes-*SN*. "Uma grande leva de garimpeiros encontrou nas palavras presidenciais uma licença para realizar o garimpo ilegal em reservas indígenas", disse.

Desde que assumiu o governo, Bolsonaro entregou a pasta a um antiambientalista, já condenado em primeira instância por crime de improbidade administrativa quando era secretário do Meio Ambiente em

São Paulo. Depois, levou a palavra 'espacial' ao pé da letra e nomeou um astronauta sem nenhuma experiência científica para o Ministério da Ciência, pasta que controla o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), órgão encarregado de monitorar o desmatamento para o governo.

Os ataques são contínuos, com o desmonte de agências como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), perdão à dívidas e repreensão a quem cumpre a lei destruindo tratores responsáveis pela derrubada de árvores - primeiro passo das ações de desmatamento, dois tratores ligados por uma imensa corrente realizam o chamado "correntão", que derruba as árvores antes da destruição pela ação do fogo.

Para Bolsonaro, a preocupação com a preservação da floresta é "coisa de veganos que só comem vegetais" e o fogo é causado por ONGs que querem "chamar a atenção contra o governo". Em um estágio da humanidade em que se discute o terraplanismo -

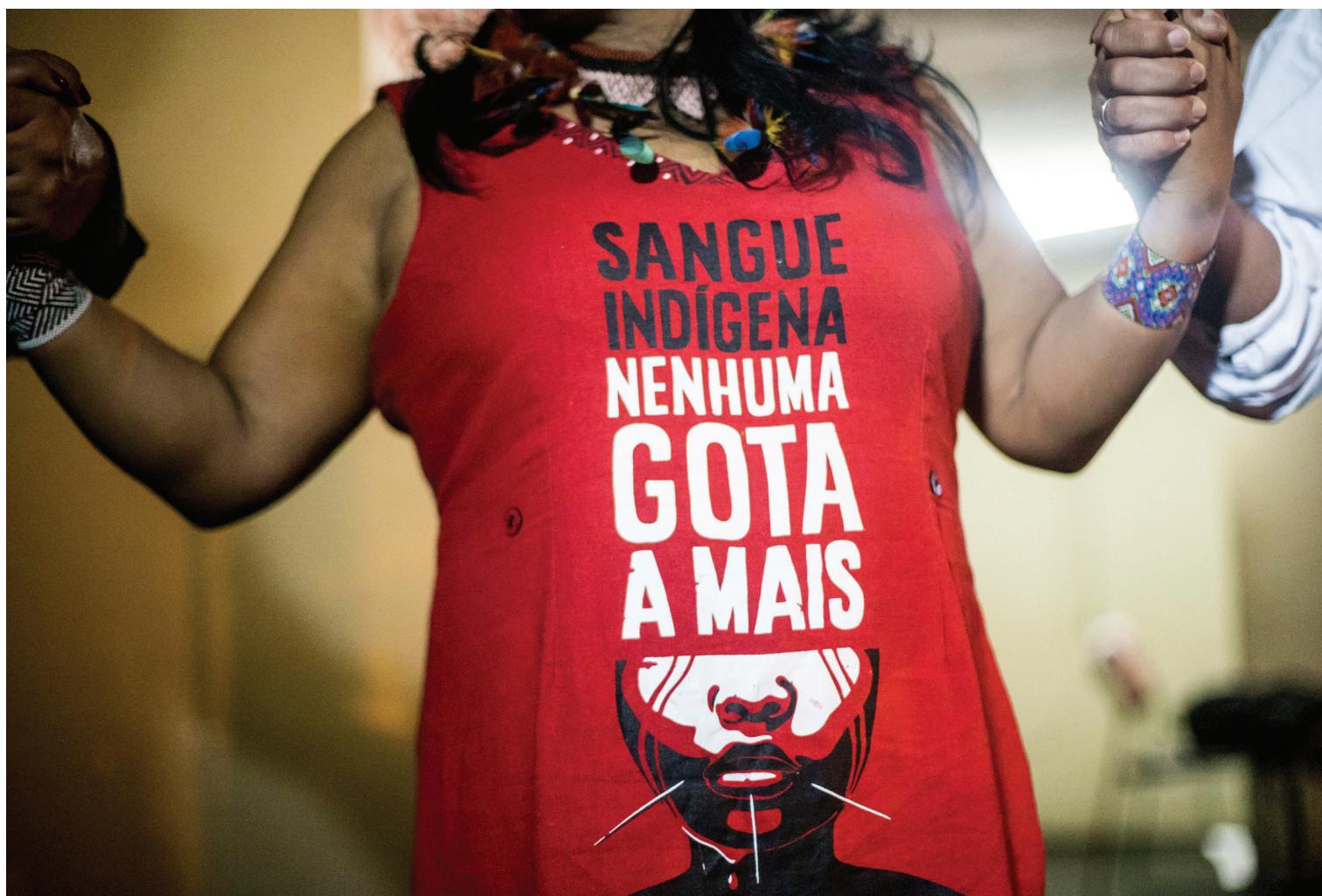


Foto: Mídia NINJA

tese abraçada, aqui, pelo guru do presidente - órgãos respeitados da ciência brasileira são tratados como divulgadores de fake news: a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) tem seu levantamento sobre drogas censurado e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a sua amostragem por domicílios, cancelada. Não causa surpresa, portanto, que os dados de desmatamento obtidos pelo Inpe tenham sido tratados como boataria e o mensageiro, desqualificado.

Reação Internacional

Uma outra liderança indígena, o cacique caiapó Raoni Metuktire, declarou que o presidente "incitou agricultores e empresas mineradoras a incendiarem a floresta". "Pedi ao presidente Macron que nos ajude a preservar nossas terras. Ele vai convencer os chefes de Estado a ajudarem a Amazônia com os incêndios e o estado crítico da floresta", acrescentou o cacique, de 89 anos. Afinal, "As florestas e as terras do Brasil ajudam todo o planeta a viver".

A comunidade internacional pressiona não apenas pelo fim da destruição das reservas naturais mas também pelo uso disseminado de

veneno nas plantações – seja ele chamado de agrotóxicos, pesticidas ou qualquer outro nome. O nível de sofisticação da indústria química é tal que os alimentos produzidos aqui impactam o planeta como um todo. O agente que elimina nossas abelhas impede a polinização no continente inteiro e, da mesma forma, o que é despejado em um rio contamina oceanos pelo mundo afora.

Maior consumidor mundial de agrotóxicos, inclusive os chamados 'proibidões' - como o cancerígeno Roundup, globalmente condenado mas que aqui recebe o apelido carinhoso de mata-mato e é utilizado em nada menos que 90% das plantações de soja do País – o Brasil é campo fértil, também, para os lucros em vendas da indústria química e farmacêutica.

Pulmão do mundo, coração do Brasil

A professora Madalena Vange avalia que "a situação em Roraima apresenta um quadro crítico. Desde o início do ano, denúncias de invasão de 30 mil garimpeiros nas terras indígenas se fizeram ouvir, comunidades inteiras já apresentam sinais de contaminação por mercúrio, mas as autoridades locais nada fizeram. A pressão do agronegócio, dos madeireiros ilegais

e do garimpo traz consigo um rastro de desagregação e morte. Para as comunidades indígenas, permanecer em suas terras é uma questão de vida e isso precisa ser respeitado"

A Amazônia abriga 223 terras indígenas aguardando demarcação. São 9,5 milhões de hectares que armazenam 11 bilhões de toneladas de carbono, habitados por 126 mil pessoas. Destas, 170 fazem parte de povos indígenas conhecidos, além de estimados 46 grupos isolados ou de pouco contato. Todos vulneráveis frente ao avanço da grilagem e da exploração madeireira.

Nas palavras do escritor indígena Ailton Krenak, autor de *Ideias Para Adiar o Fim do Mundo*, "Nosso tempo é especialista em produzir ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar e de cantar. E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que dança, canta e faz chover. [...] Minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história".





A criminalização dos movimentos sociais

Movimentos sociais, que lutam por uma sociedade legitimamente democrática, estão na mira dos ataques de um governo reacionário e autoritário

Foto: Milian NINJA



Os movimentos sociais no Brasil têm sofrido constantes ataques por parte do governo reacionário e autoritário que ascendeu ao poder no inicio deste ano. Este processo de negação dos direitos se dá em várias direções e formatos, seja através da distorção de fatos envolvendo por organizações populares ou por meio de prisões ilegais de suas lideranças.

O interesse do capital financeiro e o fortalecimento da extrema-direita fomentaram o crescimento da criminalização e do ódio de determinados grupos contra movimentos sociais, entidades em defesa dos direitos humanos, pastorais sociais, e Organizações Não Governamentais ligadas às lutas por moradia, reforma agrária e direitos das minorias sociais.

Segundo o 1º vice-presidente da Regional São Paulo do ANDES-SN, Rodrigo Medina, a perseguição aos movimentos sociais e em especial aos que lutam por moradia não é apenas um ato político, mas sim uma forma de atender ao Capital. “Estamos tratando de uma estrutura social em que grupos políticos à frente do poder manejam acordos com os interesses do grande capital, especificamente dos setores especulativos do mercado financeiro, para o qual importa o valor. E não o direito político da propriedade como direito social, como prevê a própria Constituição, mas que não consegue sair do papel para se converter e atender a direitos concretos do chão duro da realidade”, completa Rodrigo.

Ainda de acordo com Medina, os ataques

aos movimentos sociais não são novos e vêm crescendo com o passar dos anos. “Essa não é uma grande novidade na realidade brasileira. Trata-se da escalada de violência política contra movimentos sociais perpetrada desde a ultradireita à direita neoliberal, às esquerdas que padeceram com o transformismo das frentes populares em nome da conciliação de classes”, afirma.

A perseguição aos movimentos sociais se tornou mais latente quando a Lei Antiterrorismo foi sancionada, qualificando a oposição política e a luta social como “terrorismo”. O Brasil foi o primeiro país a sancionar esse tipo de lei sem que houvesse precedentes que a justificassem. Assim, sua utilização abriu margem para a criminalização de alvos escolhidos puramente por motivação política. A lei classifica como terrorismo atos que pressionem o Poder Público. Uma tipificação genérica que põe em risco famílias e movimentos que se organizam pelo direito de ter um teto ou possuir um pedaço de terra.

Rodrigo Medina destaca que o ANDES-Sindicato Nacional sempre esteve presente na luta, se solidarizando e apoiando esses movimentos que estão sendo marginalizados e atacados. Para Medina, a luta por moradia digna e decente é uma luta de todos. “O ANDES-SN presta sua solidariedade a uma série de movimentos de luta, inclusive se posicionando no debate público, sempre contrariamente a esse crescente fenômeno de reconhecimento

do autoritarismo político. Nossa papel é juntar forças”, defende Rodrigo Medina.

O fato é que a luta dos movimentos sociais se pauta pela busca por um Estado Democrático de Direito, como diz a Constituição Federal de 1988, no qual a sociedade tenha igualdade de direitos, justiça social e não haja qualquer tipo de discriminação, ou seja, uma sociedade legitimamente democrática.

Caso Preta Ferreira

Um dos casos mais emblemáticos do último semestre é o da ativista do Movimento Sem Teto do Centro (MSTC) e da Frente de Luta por Moradia (FLM), Preta Ferreira, presa em 24 de junho, com base em versões conflitantes e insuficientes. O movimento ao qual Preta pertence existe há 15 anos e é reconhecido por boas práticas e ocupações exemplares, já tendo recebido premiações internacionais. O movimento abriga centenas de famílias, além de desenvolver trabalhos culturais, sociais e educacionais com esses moradores.

Em uma entrevista, concedida ao Brasil do Fato de dentro da penitenciária, Preta denuncia as razões de sua prisão devido ao fato de ser “mulher, preta e pobre em um país onde quem manda são homens brancos, machistas e racistas. Estou presa porque briguei por meus direitos constitucionais. Quem deveria estar preso é quem não cumpriu com os deveres, porque moradia é um direito”, afirma.